



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Relações de Trabalho  
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima  
Câmara Recursal do Amapá

ATA DE REUNIÃO

**ATA CEEXT N° 06/2025 – Câmara Recursal do Amapá**

**Reunião da Câmara Recursal do Amapá da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto n° 11.751, de 20 de outubro de 2023.**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI, Sr. João Cândido de Arruda Falcão, realizada de forma remota, nos termos do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SRT/MGI N° 6.405, de 28 de agosto de 2024.

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI n° 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional n° 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional n° 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

**Para julgamento foi apresentado um total de 17 (dezessete) processos.**

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento do Amapá, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

Pelo **PROVIMENTO DO RECURSO**, com encaminhamento de notificação de enquadramento para **CONCORDÂNCIA** do(a) interessado(a): **(06 requerimentos)**

Item	Interessado(a)	Processo	Cargo/Emprego	Vínculo
------	----------------	----------	---------------	---------

1	DENILZE DA SILVA MIRA	05504.014732/2018-67	AGENTE ADMINISTRATIVO	Vínculo com a Prefeitura Municipal do Amapá
2	DEUSDETH FARIAS BARBOSA	05504.010530/2018-46	AGENTE DE POLÍCIA	vínculo com o Governo do Estado do Amapá
3	JOSICLEIA DA CONCEIÇÃO PORTELA CARVALHO	05504.023904/2018-93	AGENTE ADMINISTRATIVO	vínculo com a Prefeitura Municipal de Oiapóque
4	MANOEL ANTONIO DIAS	05504.024578/2018-31	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	vínculo com o Governo do Estado do Amapá
5	SOLANGE MARIA COELHO COUTINHO	05504.010965/2018-91	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	vínculo com o Governo do Estado do Amapá
6	WELLINGTON TEMISTOCLES DA SILVA	05504.008319/2018-63	FISCAL DE TRIBUTOS	vínculo com a Prefeitura Municipal de Santana

Processos **DESPROVIDOS (10 requerimentos):**

Item	Interessado(a)	Processo	Cargo/Emprego	Motivação	Fundamentação Legal
1	ANTONIO HELCIO SOARES DE SOUZA	05504.013070/2018-16	PATRULHEIRO RODOVIÁRIO	Insuficiência de comprovação do efetivo exercício de funções policiais em órgãos da Secretaria de Segurança Pública	Art. 6º da EC nº 79/14 c/c art. 6º da EC nº 98/17 c/c art. 28 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 25 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
2	CARLOS DAMASCENO	05504.018622/2018-74	PATULHEIRO RODOVIÁRIO	Não existe permissivo legal para a transposição	Art. 37, II da CR
3	CLEONICE FIGUEIREDO MELO	05504.012104/2018-47	TÉCNICO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO	Não comprovação do nível de escolaridade necessário para o exercício do cargo (2º grau )	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 31, inciso II, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
4	DINEUZA PIRES DE SOUZA	05504.021899/2018-84	MONITORA ESCOLAR	Não comprovação da continuidade do vínculo por, pelo menos, noventa dias e ato admissional	Art. 31, §5º, da EC nº 19/98, alterado pela EC nº 98/17 c/c Art. 2º, §4º, da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 13, 14, 15 e 16 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24

5	EDSON SEGUNDO DE OLIVEIRA	05504.019146/2018-17	AGENTE ADMINISTRATIVO	Vínculo fora do período permitido pela emenda constitucional	Art. 31, da EC nº 19/98
6	JOAO BATISTA RODRIGUES MACHADO	05504.009131/2018-32	ADMINISTRADOR DE ABATEDOURO	Não comprovação de vínculo com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território	Art. 2º, VI, da Lei 13.681/2018 c/c Art. 10, VII, da Portaria 1.418/2024
7	JORDELANI DO SOCORRO GRACA DA SILVA	05504.004565/2018-46	SECRETÁRIA ESCOLAR	Não comprovação da continuidade do vínculo por, pelo menos, noventa dias	Art. 31, §5º, da EC nº 19/98, alterado pela EC nº 98/17 c/c Art. 2º, §4º, da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 13, 15 e 16 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
8	MANOEL DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA	05504.018668/2018-93	CARPINTEIRO	Não comprovação da continuidade do vínculo por, pelo menos, noventa dias	Art. 31, §5º, da EC nº 19/98, alterado pela EC nº 98/17 c/c Art. 2º, §4º, da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 13, 15 e 16 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
9	MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS MATIAS	05504.016837/2018-51	SERVENTE	Não comprovação da continuidade do vínculo por, pelo menos, noventa dias	Art. 31, §5º, da EC nº 19/98, alterado pela EC nº 98/17 c/c Art. 2º, §4º, da Lei nº 13.681/18 c/c Art. 13, 15 e 16 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
10	PAULO SERGIO TENTES MORAIS	05504.018902/2018-82	TRABALHADOR RURAL	Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista criada após 05/10/1988 sob poder de tutela do Estado do Amapá	Art. 2º ,VI da Lei 13.681/2018

Processos necessitando de **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (01requerimentos)**:

Item	Interessado(a)	Processo	Cargo/Emprego	Ausência de Comprovação	Fundamentação Legal
------	----------------	----------	---------------	-------------------------	---------------------

1	COSME DAMIÃO DA SILVA LOPES	05504.006651/2018-93	AUXILIAR SERVIÇOS DIVERSOS	DE Ofício de esclarecimento quanto ao vínculo	Art. 13, 14, 15 e 16 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/24
---	--------------------------------	----------------------	----------------------------------	---	---

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por **Joicyelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 24/02/2025, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Gomes Neiva, Presidente(a) de Câmara**, em 24/02/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamara Ferreira Avelar de Oliveira França, Membro de Câmara**, em 24/02/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Candido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Comissão**, em 24/02/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivã de Moraes Machado, Membro de Câmara**, em 24/02/2025, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Von Borries Lopes, Membro de Câmara**, em 24/02/2025, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48788001** e o código CRC **389AECDB**.